



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

CONCEIÇÃO CAMPOS DA SILVA

A REPRESENTAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NO ROMANCE PONCIÁ
VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO

SERRA TALHADA

2018

CONCEIÇÃO CAMPOS DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NO ROMANCE PONCIÁ
VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Monografia apresentada ao Curso de Letras da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como pré-requisito para obtenção do título de licenciada em Letras – Português e Inglês, sob a orientação do Prof^o. Dr. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira.

SERRA TALHADA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

S586r Silva, Conceição Campos da
A representação do feminismo negro no romance Ponciá
Vicêncio de Conceição Evaristo / Conceição Campos da Silva. –
Serra Talhada, 2018.
43 f.

Orientador: Kleyton Ricardo Wanderley Pereira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em
Letra) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade
Acadêmica de Serra Talhada, 2018.
Inclui referências.

1. Negras. 2. Feminismo. 3. Negros – Identidade racial. 4.
Literatura. I. Pereira, Kleyton Ricardo Wanderley, orient. II. Título.

CDD 400

CONCEIÇÃO CAMPOS DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NO ROMANCE PONCIÁ
VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito para obtenção de grau de licenciada em Letras.

Aprovado em 29/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira
Orientador

Profª. Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida
Avaliadora

Profª. Dra. Valquíria Maria Cavalcante de Moura
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por ter-me permitido trilhar este caminho.

A minha família, por compreenderem a minha ausência, pois dificilmente os visitava, principalmente, na parte final do curso.

A meu esposo, pela compreensão e incentivo durante este percurso, por ter suportado minhas constantes mudanças de humor e estresse.

A minha querida cunhada e amiga, Jussara, que sempre me incentivou e me deu forças para continuar.

A minha querida colega de curso, Jânia, agradeço por sua amizade e parceria durante estes anos da graduação.

Ao professor Kleyton, por me ter aceitado como orientanda.

A todos os colegas de turma que de alguma forma fizeram parte deste processo, principalmente minha colega Jéssica Guabiraba que muito me incentivou, quando da escolha do tema da minha monografia.

A todos os colegas e companheiros de estrada que tornaram as longas viagens suportáveis e até mesmo divertidas.

MEIA LÁGRIMA

Não,
a água não me escorre
entre os dedos,
tenho as mãos em concha
e no côncavo de minhas palmas
meia gota me basta.
Das lágrimas em meus olhos secos,
basta o meio tom do soluço
para dizer o pranto inteiro.
Sei ainda ver com um só olho,
enquanto o outro,
o cisco cerceia
e da visão que me resta
vazo o invisível
e vejo as inesquecíveis sombras
dos que já se foram.
Da língua cortada,
digo tudo,
amasso o silêncio
e no farfalhar do meio som
solto o grito do grito do grito
e encontro a fala anterior,
aquela que emudecida,
conservou a voz e os sentidos
nos labirintos da lembrança.
(Conceição Evaristo)

RESUMO

Esta monografia tem por finalidade fazer uma breve reflexão a respeito do romance *Ponciá Vicêncio*, da autora Conceição Evaristo. Para tal, levamos em consideração as reflexões de alguns (as) autores (as) (Constância Lima Duarte; Angela Davis; Marcos Antônio Alexandre; Flavia Santos de Araújo; Cristiane Cortês; Petrônio Domingues; Bell Hooks; Omar da Silva Lima; Barbára Araújo Mahado; entre outros) sobre as lutas empreendidas pelas mulheres negras no mundo e o movimento Feminista Negro no Brasil. Para chegarmos à análise do romance, buscamos trazer um breve recorte a respeito das lutas feministas no Brasil e no mundo, bem como das origens do Movimento Feminista Negro em nosso país. Destacamos também a importância das mulheres escritoras em nossa literatura nacional, sejam elas brancas ou negras, dando maior destaque para a escritora Conceição Evaristo. E, na produção da análise fizemos uso das vivências e buscas por uma identidade perdida da protagonista *Ponciá*, personagem descendente de escravos e que vive no período pós-abolição da escravatura.

Palavras-chave: Ponciá Vicêncio. Conceição Evaristo. Mulheres negras. Movimento Feminista Negro.

ABSTRACT

This monograph aims to give a brief reflection on the novel *Ponciá Vicêncio*, by the author Conceição Evaristo. For this, we take into account the reflections of some authors (Constância Lima Duarte, Angela Davis, Marcos Antônio Alexandre, Flavia Santos de Araújo, Cristiane Cortês, Petrônio Domingues, Bell Hooks, Omar da Silva Lima, Barbára Araújo Mahado, among others) on the struggles waged by black women in the world and the Black Feminist movement in Brazil. To arrive at the analysis of the novel, we seek to bring a brief clipping regarding the feminist struggles in Brazil and in the world, as well as the origins of the Black Feminist Movement in our country. We also emphasize the importance of women writers in our national literature, be they white or black, giving more prominence to the writer Conceição Evaristo. And in the production of the analysis we made use of the experiences and searches for a lost identity of the protagonist Ponciá, descending character of slaves and that lives in the period after the abolition of the slavery.

Keywords: *Ponciá Vicêncio*. Conceição Evaristo. Black women. Black Feminist movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	12
1. UM BREVE PERCUSO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA	12
1.1. MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL	15
1.1.1. Movimento Negro	15
1.1.2. Feminismo Negro no Brasil	18
CAPÍTULO 2	23
2. A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA	23
2.1 Algumas escritoras brasileiras	24
2.2 Escritoras negras na literatura brasileira	25
2.2.1 Maria Firmina dos Reis	26
2.2.2. Carolina Maria de Jesus	28
CAPÍTULO 3	30
3. CONCEIÇÃO EVARISTO E A ARTE LITERÁRIA FEMININA NEGRA	30
3.1 FEMINISMO NEGRO EM PONCIÁ VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO	33
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

É fato que desde os primórdios da humanidade, a mulher sempre esteve colocada numa posição social inferior aos homens. Consideradas como seres inferiores, de pouca inteligência e força física, estiveram sempre obrigadas, por convenções sociais de uma sociedade patriarcal, machista e sexista, à viverem, por muito tempo, reclusas aos afazeres domésticos. Atualmente, podemos perceber que esta situação mudou bastante. Hoje em dia encontramos muitas mulheres trabalhando fora do ambiente doméstico, a cada dia que passa, conquistam novos espaços na sociedade, demonstrando que a ideia de inferioridade de seu sexo é totalmente errada. Mas é claro que para chegar a estes espaços, o percurso não foi nada fácil. Muito foi preciso ser feito para nos encontrarmos onde estamos hoje, muitas lutas foram empreendidas para conquistarmos espaço na sociedade.

Mas é preciso esclarecer que estas lutas e conquistas não aconteceram simultaneamente para todas as mulheres. As mulheres negras, por exemplo, aqui no Brasil viveram uma situação de extrema escravidão. Desde o início da colonização do território nacional, as mulheres negras trazidas do continente africano (os homens negros, também) viveram períodos muito difíceis. Devido à cor da pele foram considerados (as) inferiores a raça branca e vistos como meros animais que serviam para o trabalho.

As mulheres negras foram submetidas a todas e piores formas de exploração. Eram obrigadas a fazer o mesmo trabalho pesado dos homens no campo, na casa dos senhores e, além disso, sofriam diversos abusos sexuais, tanto dos feitores quanto de seus “donos”. Estas mulheres, quando engravidavam, não tinham sequer o direito de exercer a sua maternidade. Seus filhos quando nasciam vivos, pois muitos não chegavam sequer até o final da gestação devido às péssimas condições em que vivia o povo escravizado, ainda pequenos eram vendidos ou colocados para trabalhar, sempre no intuito de aumentar o lucro dos senhores.

Estes terríveis abusos sofridos pela população negra, em território brasileiro, perduram por cerca de 300 longos anos (1550 a 1888) de escravidão. Mas é claro que os escravos não aguentaram calados e impassíveis tamanhas injustiças e desumanidades. Muitos se rebelaram e fugiram para esconderijos no meio do mato e, desta forma, surgiram os quilombos. A luta contra este regime se seguiu durante estes três séculos e mesmo com o fim da escravidão em 1888, o povo negro não estava realmente livre, a escravidão os havia marcado profundamente. Inferiorizados pela sociedade brasileira, após a libertação não tiveram oportunidades de emprego, muitos se viram obrigados a continuar nas fazendas onde

já estavam, exercendo os mesmos trabalhos de antes e com baixíssima remuneração. Outros que decidiam partir, não conseguiam emprego, moradia ou qualquer outro bem necessário para sua sobrevivência. Marginalizados, colocados a margem da sociedade não dispunham de nenhum recurso necessário à sobrevivência de qualquer cidadão, nem mesmo eram considerados cidadãos brasileiros.

Levando em consideração este processo de luta pela conquista de espaços na sociedade, na nossa pesquisa bibliográfica utilizada na produção deste trabalho fizemos uso das reflexões de autoras como: Constância Lima Duarte; Angela Davis; Marcos Antônio Alexandre; Flavia Santos de Araújo; Cristiane Cortês; Petrônio Domingues; Bell Hooks; Omar da Silva Lima; Barbára Araújo Mahado; entre outros.

Portanto, é com base nesta situação na qual se encontrava a população negra, principalmente a mulher negra, no período pós-abolição que produzimos esta monografia. Nesta temos por objetivo fazer uma breve análise a partir da história da personagem Ponciá Vicêncio, do romance de mesmo nome, da autora Conceição Evaristo, a respeito da luta da mulher negra, neste período pós-abolição, na busca por melhores condições de vida e também na busca por uma identidade perdida. Na produção desta análise, elaboramos uma breve reflexão que está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo está dividido em duas partes: Na primeira, trazemos uma breve reflexão a respeito dos primeiros e principais momentos do movimento feminista no Brasil e no mundo. Neste momento damos destaque à criação da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, da francesa Olympe de Gouges, a primeira a tratar dos direitos e deveres para as mulheres; as lutas das mulheres operárias da indústria têxtil, em Nova York, que fizeram movimentações contra os baixos salários que recebiam e contra a alta jornada de trabalho que enfrentavam; a luta pelo direito ao voto, conhecido por movimento sufragista, cujas primeiras manifestações ocorreram em Londres; e a primeira manifestação feminista em território brasileiro, iniciado com a luta pelo direito ao voto, liderado por Berta Lutz. Na segunda parte, que também se subdivide em duas, abordamos as manifestações do Feminismo Negro no Brasil. No primeiro momento desta seção fazemos uma reflexão a respeito do Movimento Negro como um todo, desde a escravidão ao período pós-abolição; no segundo momento, damos destaque ao Feminismo Negro no Brasil, destacando as lutas das mulheres negras.

No segundo capítulo, falamos um pouco sobre a história da mulher na literatura brasileira, destacando, principalmente, a história de escritoras negras como Conceição Evaristo.

No terceiro capítulo, dividido em duas seções, falamos na primeira, a respeito da escritora Conceição Evaristo, sua obra e sua importância para a arte literária feminina negra; na segunda, fazemos uma breve reflexão a respeito da luta das mulheres negras, através da análise do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Levando em consideração a representatividade do Movimento Feminista Negro, analisamos a obra a partir da vivência da personagem Ponciá Vicêncio, na sua busca por melhores condições de vida e na sua busca de uma identidade perdida no tempo e na memória. Para, enfim, chegarmos às considerações finais.

CAPÍTULO 1

1. UM BREVE PERCUSO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Ao longo da história da humanidade a mulher sempre teve seu espaço limitado na sociedade. Educadas para ajudar suas mães nos trabalhos domésticos, casarem-se, terem filhos e educa-los, e serem obedientes/submissas a seus pais e irmãos, quando solteiras, e a seus maridos, quando se casam. São estas as atribuições dadas às mulheres, é este o exemplo de uma figura feminina criada numa sociedade patriarcal. Vista como sendo o “sexo frágil” a mulher sempre foi colocada como um ser inferior aos homens, não podia trabalhar fora de casa, não podia estudar e muito menos ter acesso a assuntos como economia e política, ou seja, qualquer acesso ao mundo intelectual lhe era negado. Elas também sempre foram excluídas dos “textos históricos, das revoluções e dos grandes marcos e acontecimentos”. Mas vale destacar que seus feitos não foram levados em conta, não “porque não estivessem presentes, mas simplesmente porque seus feitos não são considerados, são anulados como se jamais os tivessem praticado”(CUNHA,2017,p.49).

Mas é fato que muitas dessas mulheres se rebelaram contra sua condição de submissão e lutaram por liberdade e, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas o preço de suas lutas. É a partir dessas lutas que surge o Movimento Feminista que de acordo com Pinto

aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO,2010, p.16).

Podemos perceber vestígios do movimento feminista ainda na Revolução Francesa, período no qual muitas mulheres lutaram ao lado de homens e também sozinhas, como no movimento conhecido como “a marcha das mulheres de mercado”. Foi neste contexto de Revolução que foi criado o texto “Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791, por Olympe de Gouges. Esta declaração era uma espécie de combate a “Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão”, que evidentemente só se aplicava aos homens. Em seu texto, Olympe de Gouges buscava abrir os olhos da sociedade, principalmente das mulheres, para a importância destas e da necessidade da igualdade de direitos. No primeiro artigo de seu texto vemos explicitamente que “A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As

distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse no comum” (GOUGES, 1791). Assim a diferença entre os sexos não deve e jamais deveria ter sido usada para fazer como que uma parte da sociedade fosse considerada inferior. Percebemos no mesmo uma espécie de apelo às mulheres, para que estas se deem conta da brutal “autoridade” que era dada aos homens e que elas buscassem se posicionar frente a tudo que lhes acontecia e, principalmente, resistir à opressão. Mas por querer uma sociedade igualitária, uma sociedade na qual as mulheres não tivessem que baixar a cabeça aos mandos e desmandos dos homens, Gouges foi condenada à morte.

Contudo, os ideais da Revolução de 1789 se espalharam pelo mundo, contagiando mulheres de vários países. Na sociedade norte-americana, por exemplo, as operarias da indústria têxtil de Nova York, em 8 de março de 1857, fizeram movimentações contra os baixos salários que recebiam e contra a jornada de trabalho que era de 12 horas por dia. Em 8 de março de 1908, também em Nova York, outra geração de operarias fizeram manifestações contra a exploração que sofriam.

Alguns anos depois das movimentações das operarias em Nova York, as mulheres começaram a se mobilizar em busca do direito de participarem das decisões políticas, começando na luta pelo direito ao voto. Este movimento ficou conhecido como *sufragista* e teve início na Inglaterra. “As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome” (PINTO,2010,p.15). Em 1918 o direito ao voto foi conquistado, mas não foi concedido a todas as mulheres britânicas. O direito ao voto só era garantido às mulheres com mais de trinta anos e que tivessem propriedades ou fossem casadas com homens que tivessem, ou seja, apenas àquelas que tivessem uma situação econômica mais abastarda é que tinha o direito de votar. Algumas estudiosas, como Pinto e Alves, consideram este momento de luta por direitos políticos como sendo a primeira fase do movimento feminista no mundo.

Na sua segunda fase (1960-1980), o movimento feminista era tido como “malcomportado”, e “reunia mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, sendo que defendia o direito à educação, abordando temas como a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio” (ALVES e ALVES,p.115). Diferente da primeira tendência do movimento (no qual as mulheres lutavam para conquistar direitos políticos) no segundo momento do feminismo, as feministas se preocupavam em alcançar o fim da discriminação e a igualdade entre os sexos, incluindo o direito a trabalhar fora de casa. Com as mulheres trabalhando fora de casa eis que suje uma nova e grande distinção entre os sexos, a remuneração, as mulheres

que fazem o mesmo trabalho que homens, ganham menos. E isso, infelizmente, perdura até os dias atuais.

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou a obra *O Segundo Sexo*, na qual a autora aborda as raízes da opressão feminina e analisa o desenvolvimento psicológico da mulher bem como as condições sociais que interferem neste. No ano de 1963, Betty Fridman lança a *mística feminina*, no qual retoma as ideias de Beauvoir e delata a opressão contra a mulher na sociedade industrial. (ALVES e ALVES,p.115).

No Brasil, muitas mulheres também participavam de movimentos feministas. O primeiro momento do feminismo no país também se pronunciou como destaca Céli Pinto, através da luta por direitos políticos, como o voto por exemplo.

A *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO,2018,p.16).

Este direito ao voto para as mulheres ficou expresso ainda nas eleições 1932, em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Neste mesmo período, as mulheres também estavam envolvidas nas lutas operárias.

O segundo momento do movimento feminista no Brasil, considerado por Céli Pinto como “mal comportado”, era composto por mulheres intelectuais que escreviam em jornais e até mesmo líderes operárias. Segundo Woitowicz, o feminismo no Brasil ressurgiu na década de 1970, em meio ao período mais radical da ditadura militar, contando com a participação de mulheres que passaram pela experiência do exílio (WOITOWICZ, 2008,p.3).

Em 1979, acontece o Primeiro Encontro Nacional Feminista em Fortaleza, Ceará. Este encontro reuniu mulheres de diversos estados brasileiros, os principais temas discutidos eram saúde e violência, assuntos prioritários devido a grande incidência de violência doméstica e sexual que ficavam sempre impunes. Na década de 1990, a luta do movimento feminista contra a violência doméstica ficou ainda mais forte e em 2006 conquistamos o forte apoio para esta luta, a Lei Maria da Penha. Neste momento,

questões como sexualidade, corpo da mulher e a saúde, antes ditas apenas de esfera privada, são publicizadas pelo movimento feminista, surgindo uma linguagem inovadora e feminina. Esse movimento realizou enormes conquistas, principalmente, relacionadas à abertura do mercado de trabalho para a mulher. Porém, é comum perceber, em nossa realidade, a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres que tem filhos e companheiros, pois além de trabalhar fora, tem que realizar os afazeres domésticos, comprometendo sua saúde e qualidade de vida. (ALVES; ALVES, 2013,p.116).

Mas mesmo depois de todos os movimentos feministas que aconteceram e ainda acontecem no Brasil e no mundo, infelizmente ainda vivemos numa sociedade machista e preconceituosa, na qual ainda existem grandes diferenças entre homens e mulheres, nos papéis sociais que representam.

1.1. MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL

Antes de adentrarmos nas lutas feministas negras em território brasileiro, falemos um pouco sobre os movimentos negros que surgiram em nosso país, a começar pelos movimentos de resistência dos mesmos no período escravocrata e em sequência no período pós-abolição e Proclamação da República.

1.1.1. Movimento Negro

O movimento de resistência do povo negro em terras brasileiras começa desde o início da colonização, quando os portugueses os sequestraram na África e os trouxeram de forma brutal para o território recém-conquistado, a fim de terem mão de obra escrava como força motriz em todos os trabalhos.

O povo negro estava presente em todas as cidades do país, trabalhando nos engenhos de cana de açúcar, nas fazendas de café, nas minas e também nas casas dos patrões fazendo todos os tipos de serviços domésticos. Mas estes não eram os únicos lugares que a população negra ocupava, pois como ressalta Cunha (2017,p.41):

Se de um lado o povo negro estava escravizado, servindo seus senhores dentro de casa e nos negócios, o povo africano ainda povoou o país por meio das comunidades que formou mata adentro, os quilombos, tendo desbravado o interior a fim de escapar da escravidão. Assim ocupou as terras brasileiras mesmo onde o branco português não ocupou a princípio.

Em decorrência das precárias condições em que eram trazidos da África para o continente americano, muitos africanos morriam nos porões de navios, onde eram colocados, sem as mínimas condições higiênicas e nem de alimentação, necessárias para a sobrevivência humana. Infelizmente os colonizadores não enxergavam o povo negro como seres humanos e até hoje vemos e sentimos as consequências dessa discriminação. Quando chegavam no território recém-conquistado, eram colocados para trabalhar em condições subumanas e devido aos maus tratos muitos acabavam morrendo. Mas apesar da grande incidência de mortalidade da população negra, o povo negro ainda representava a maior parte da população

em território brasileiro. É neste sentido que Moura (1992) usa a expressão *semeador de cidades*.

Mesmo assim, a sua influência povoadora em toda a extensão geográfica do Brasil se fez e se faz sentir, conforme demonstram todos os recenseamentos que foram feitos, incluindo o último, de 1950. O negro foi o grande povoador da nação brasileira durante a sua evolução social e histórica. Por isto salientamos, aqui, o seu papel como *semeador de cidades*, através da formação de núcleos quilombolas em âmbito nacional, tendo-se notícias desses aglomerados rebeldes desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul [...] (MOURA *apud* CUNHA, 2017, p.41).

Como era de se esperar, a população negra não estava nada satisfeita com a situação de escravidão e humilhação a qual estavam obrigados a viver e buscavam, então, formas de se libertar do sistema opressor que era a escravidão. E é nesta busca por liberdade que surgem os quilombos. Quilombo é o nome dado aos locais onde se escondiam escravos fugidos, que buscavam escapar da vida escrava. Os quilombos não eram a única forma de resistência dos negros, algumas práticas de resistência que eram comuns eram as insurreições, “com luta direta e reivindicações de teor emancipacionista, assim como, o bandoleirismo, onde grupos de escravos fugidos assaltavam em estradas e povoados”. CUNHA (2017, p.43)

Depois de três longos séculos de escravidão, finalmente chega ao fim o regime escravocrata em território brasileiro, mas não sem que antes muitos tenham morrido nesta luta. Mas vale lembrarmos também que esse regime só chegou ao fim devido a grande pressão que a monarquia brasileira sofria por parte de outros países, especialmente da Inglaterra, pois o mundo estava vivendo uma nova fase, a industrialização. Neste contexto, era inadmissível que um país ainda usasse mão de obra escrava.

Tendo conquistado a liberdade tão almejada o povo negro acreditava que agora seriam todos iguais, mas não foi assim. Os negros se libertaram da escravidão e descobriram que teriam que enfrentar mais um sistema opressor que permeava a sociedade brasileira: o racismo. Começa então mais uma luta do povo negro, a luta por igualdade.

Ao negro fora negado qualquer traço de cidadania. De início por proibição, depois por omissão e por fim por “obstaculização”. Sobrou-lhe as periferias e a marginalização. Com a política de branqueamento da sociedade, que resolvia as questões de cor e de cultura no país, além da questão de mão de obra, inseriu-se no território nacional imigrantes de várias etnias, causando ainda mais a exclusão do povo negro. (CUNHA, 2017, p.43-44).

Um ano após a Abolição da Escravatura foi proclamada a República no Brasil, em 1889. Porém o novo sistema político não trouxe nenhum benefício para a população negra. Continuaram-lhes sendo negados o direito de serem cidadãos, de terem acesso à educação, trabalho e moradia dignos, o direito a participação social.

Percebendo que continuariam a margem da sociedade, marginalizados, os escravos começaram a promover movimentos de “mobilização racial negra no Brasil”, tendo sido criados alguns grupos em alguns estados brasileiros (DOMINGUES, 2007, p.103). Em seu artigo “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, Petrônio Domingues faz uma relação dos movimentos promovidos pelo povo negro, começando pelos movimentos iniciados no início da República, bem como destacando suas etapas. O autor neste artigo traz o movimento negro do Brasil dividido em quatro fases: a primeira fase (1889-1937) da Primeira República ao Estado Novo; a segunda fase (1945-1964) da segunda República à ditadura militar; terceira fase (1978-2000) do início do processo de redemocratização à República Nova; e a quarta fase (2000-?) o autor coloca esta fase como uma hipótese a ser interpretada.

Na primeira fase surgem os primeiros clubes e/ou associações e os primeiros jornais publicados por negros em território brasileiro.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; 6 em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); [...] De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”. (DOMINGUES, 2007, p.103).

Na mesma época surgiam os primeiros jornais publicados por negros, vejamos alguns:

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo Órgão dos Homens de Cor. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. (DOMINGUES, 2007, p.104).

Neste momento a luta era contra as causas da marginalização do negro, causadas pela herança da escravidão e o despreparo educacional. Também se lutava contra o racismo, acreditando-se que o mesmo seria solucionado através da educação e da moral. Esta primeira fase tinha como principais representantes: Vicente Ferreira; José Correia Leite; e Arlindo Veiga dos Santos.

A segunda fase também foi marcada pelo movimento antirracista e teve como principais organizações de luta a UHC (União dos Homens de Cor) e o TEM (Teatro Experimental do Negro). A primeira tinha como finalidade promover o crescimento

econômico e intelectual dos negros, a fim de que estes pudessem participar da vida política e social no país. Tinha como principal representante José Bernardo da Silva. A segunda, tendo como principal liderança Abdias do Nascimento, tinha como proposta formar um grupo de teatro apenas com pessoas negras, mas também oferecia aulas de

[...] alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública.²⁹ Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p.109).

A terceira fase é marcada por manifestos públicos e na imprensa, buscando-se a formação de um movimento nacional brasileiro. A luta contra o racismo continua e busca-se a solução, para o mesmo, através da inserção do povo negro na política. Passa-se também a valorizar elementos que representam a cultura do povo negro, tais como: a capoeira, o samba, religiões de origem africana como o Candomblé, por exemplo.

Quanto à quarta fase, Domingues defende que esta tem o *hip-hop* como principal instrumento de luta do movimento negro no país. O autor acredita que por ser o *hip-hop* um “movimento popular, que fala a linguagem da periferia”, o mesmo rompe com “o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais” (2007, p.119). Ainda segundo o autor, os adeptos do *hip-hop*

procuram resgatar a auto-estima do negro, com campanhas do tipo: *Negro Sim!*, *Negro 100%*, bem como difundem o estilo sonoro rap, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade. E para se diferenciar do movimento negro tradicional, seus adeptos estão, cada vez mais, substituindo o uso do termo *negro* pelo *preto*. (DOMINGUES, 2007, p.119-120).

Mais vale ressaltar que apesar de ser mais utilizado pela população negra, o *hip-hop*, também está presente nos “setores da juventude branca marginalizada”, ou seja, este tem um caráter de denúncia social que não visa à defesa apenas dos negros, mas de todos aqueles que de alguma forma excluídos e desprestigiados pela sociedade capitalista em que vivemos.

As quatro fases acima fazem referência aos avanços, retrocessos (mais retrocessos do que avanços) e estagnações, das lutas empreendidas pelos movimentos do povo negro, iniciados a partir do começo da proclamação da república brasileira.

1.1.2. Feminismo Negro no Brasil

Apesar de terem surgido tantos movimentos feministas em todo o mundo, vale ressaltarmos que a maioria desses movimentos representava, apenas, os interesses das mulheres brancas e que eram de classes sociais mais abastadas.

No Brasil, a primeira condição social da mulher negra, como bem sabemos, foi a de escrava. E como escrava, a mulher não era percebida como tal (mulher), mas como um animal e/ou objeto que servia unicamente para o trabalho e dar lucro ao seu dono/senhor. A mulher negra não tinha sequer o direito de exercer a sua maternidade. O seu leite não alimentava a seus filhos, mas aos filhos da casa grande. Assim como elas, seus filhos também eram produtos que seriam vendidos, como animais, afim da obtenção de lucros para seus donos. Angela Davis em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* nos mostra claramente qual era a função da mulher negra escravizada:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (DAVIS, 1944, p.19).

Desta forma, filhos e filhas de escravas já nasciam tão escravos quanto seus pais e eram vendidos como animais, como “bezerros separados das vacas”.

Na sua condição de escrava, a mulher negra estava altamente vulnerável a todas as formas de violência: açoitamentos, mutilações e estupros. Esta questão do estupro é um fato que poucos pensam a respeito quando se diz que o Brasil é um país miscigenado. Miscigenado devido a uma cultura abusiva e violenta que servia para saciar apetites sexuais e mostrar o poder dos proprietários e feitores, sobre a mulher negra escravizada.

Diferentemente das mulheres brancas, as mulheres negras não eram vistas como figuras femininas, o “sexo frágil”, nem como a “bela, recatada e do lar”.

Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX. (DAVIS, 1944, p.23-24).

Na sociedade escravocrata a mulher negra escravizada, além de estar distante de todos os padrões de feminilidade, ela também estava fora de todos os princípios que fundamentam as relações familiares, e

[...] diferentemente das mulheres da classe dominante à sexualidade da escrava não se enquadra nos parâmetros ideológicos da família branca, não está voltada a procriação e nem a reprodução. São inúmeros os casos de negligência e de descaso dos senhores, no que se refere a questão e tratamento da reprodução das escravas visto que quando grávidas não dispunham ou melhor, não lhes eram concedidas

nenhuma condição por mínima que fosse para que houvesse um melhor desenvolvimento do feto. Na realidade o que interessava aos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar se era homem ou mulher, o que importava era o produto do trabalho de ambos. Assim uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório e com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores e também motivo para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas visto que teria de dedicar-se ao filho. (SILVA, 2010 ,p.3).

Mas eis que em 1888 a princesa Isabel finalmente assinou a Lei Aurea, lei que extinguiu a escravidão no Brasil. No entanto, não pensemos que com a abolição da escravatura, a população negra teria uma vida melhor, aconteceu justamente o contrário.

Após o fim da escravidão o estado brasileiro não se preocupou em pensar em modos de incluir socialmente a população negra, ao contrário, trouxe imigrantes europeus e asiáticos para ocuparem o espaço de trabalho, que havia pertencido até então à população negra. Além disso, um novo espaço propulsor da economia do país se abria: a industrialização. (TOKITA, 2013, p.121).

As mulheres negras, antes escravas, agora mulheres livres, porém na prática continuam a não fazer parte da sociedade brasileira. O governo lhes deu a “liberdade”, mas não lhes deu oportunidades. Desta forma, a população negra continua excluída e marginalizada, muitos passaram a viver em quilombos, onde outros que haviam fugido lá estavam, outros continuaram nas fazendas onde trabalhavam, sendo ainda mais explorados.

O que vemos neste cenário, é que apesar de libertas, as mulheres negras continuam excluídas da lógica social e econômica do país. Sem lugar, sem trabalho, sem nenhum tipo de assistência por parte do estado para minimamente reparar os 300 anos de escravidão. É como se, as deixando à parte, à margem, elas seguissem seu caminho e o país se esqueceria das torturas que realizou. (TOKITA, 2013, p.122).

Em situações muito precárias, sem muitas oportunidades de trabalho, o que muitas mulheres negras ainda conseguiam era trabalhar com autônomas ou com a prestação de serviços, mas de todo modo a remuneração por seus serviços era muito baixa. Ao final da escravidão, estas mulheres precisavam, agora, lutar por um lugar no espaço social brasileiro e também contra o racismo. Mas como os movimentos feministas de então eram integrados apenas por mulheres brancas e de classe média alta, estes movimentos pouco dialogavam com as experiências de vida e necessidades das mulheres negras. Era preciso compreender que as mulheres negras não sofriam com a desigualdade apenas por serem mulheres, sofriam também por serem negras e pobres. De acordo com Angela Davis em *Mulheres, Cultura e Política*, no qual a autora nos fala a respeito das lutas das mulheres, mulheres negras e outras etnias, ela nos fala sobre como a pobreza só foi reconhecida como “uma questão legítima entre as mulheres”, apenas quando atingiu mulheres brancas de classes mais abastardas. A Autora salienta que

apesar do fato óbvio de que o fardo da pobreza é carregado penosamente pelas mulheres de minorias étnicas, muito do debate público sobre a “feminização da pobreza” se concentra nas “novas pobres”, ou seja, mulheres brancas de classe média cuja pobreza acontece em função de separações conjugais e divórcios. De modo tipicamente racista, o fenômeno da pobreza não foi reconhecido como uma questão legítima entre as mulheres até começar a afetar as mulheres brancas antes abastadas. Contudo, as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade da privação econômica desde os tempos da escravidão. (DAVIS, 1944, p.30).

A partir desta e de outras situações vividas pelas mulheres negras, lembramos aqui de uma frase, de Sojourner Truth, citada por Bell Hooks e que é título de um livro da mesma “Ain’t I a woman”, traduzida como *Não sou eu uma mulher?*. Sojourner, citada por Hooks, foi uma abolicionista afro-americana e grande defensora dos direitos das mulheres, e que também sentiu na pele as marcas do racismo e do sexismo. Hooks traz em *Não sou eu uma mulher?* uma das falas da ativista:

“Bem, crianças, atrevo-me a dizer algo sobre este assunto. Eu acho que quer os negros do Sul e as mulheres do Norte estão a falar sobre direitos, os homens brancos estarão em dificuldade em breve. Mas o que é isto que estão a falar? Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) ... Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher?” (SOJOURNER apud HOOKS, p.115).

Esta fala de Sojourner foi uma resposta à fala de um homem branco que disse ser contra a ideia de que as mulheres tenham direitos iguais, pois o mesmo acredita que as mulheres são fracas e inferiores aos homens. Em seu texto sobre a poetisa estadunidense do século XIX, Hooks (1981) ainda destaca:

Sojourner Truth não foi a única mulher negra a defender a igualdade social para as mulheres. O seu ardor em falar em público a favor dos direitos das mulheres não obstante a desaprovação pública, pavimentou a resistência de modo a que outras mulheres negras de pensamento político expressassem as suas visões. (p.115)

Em *Mulheres, Cultura e Política*, Angela Davis inicia um de seus textos, intitulado de “Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista”, com um trecho do “Poem About My Rights” (Poema sobre meus direitos) de June Jordan. No poema sua autora faz uma espécie de denúncia social da violência que sofrem as mulheres, principalmente a violência sexual. O poema é bastante atual e nos faz enxergar nele a situação de violência pela qual passam inúmeras mulheres. Davis ressalta:

mediações sociais. Estas incluem a violência imperialista imposta ao povo June Jordan, expõe de forma realista os paralelos entre a violência sexual contra as

mulheres enquanto indivíduos e a violência neocolonialista contra povos e nações. A mensagem da autora merece uma seria reflexão: não é possível apreender a verdadeira natureza da agressão sexual sem situá-la em seu contexto sociopolítico mais amplo. Se desejamos entender a violência sexual como ela é vivida pelas mulheres na esfera individual, devemos estar cientes de suas da Nicarágua, a violência do *apartheid* sul-africano e a violência de base racista infligida à população afro-americana e a outras populações racialmente oprimidas nos Estados Unidos. (DAVIS, 1944, p.41)

O poema de Jordan dialoga bastante com a real e atual situação das mulheres brasileiras. A todo momento, são noticiados casos de violência sexuais contra mulheres, as vítimas são de todas as idades, e as que estão mais vulneráveis são aquelas de condições menos abastadas. E depois da agressão sofrida no corpo ainda vem a agressão moral, a sociedade machista culpa a vítima com frases tão repugnantes quanto o abuso sexual: “Ah, mas com essa roupa, você queria o quê?”, “Você estava procurando o que a essa hora da noite, na rua?”, sejamos nós mulheres brancas ou negras, a opressão nos persegue em todos lugares e em todos os momentos.

Em 1988, centenário da abolição da escravidão, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Brasil. Este ano foi de grande importância para o movimento feminista negro, pois reuniu uma grande quantidade de mulheres, representantes de 17 estados brasileiros. “Para os homens e mulheres do Movimento Negro os cem anos da Abolição estimularam a sociedade para a reflexão sobre suas contradições internas, a exemplo das profundas desigualdades sociais que a caracterizam” (FERREIRA, 2017, p.10).

Atualmente, a situação da mulher negra tem mudado muito em relação ao passado, mas ainda é preciso alcançar novos espaços, pois ainda continuamos distantes das condições de equidade desejadas. Já conquistamos e estamos conquistando espaços e direitos, mas ainda precisamos percorrer um longo e, infelizmente, vagaroso caminho, pois como salienta Tokita (2013, p.128):

as marcas, de raça, gênero e classe, ainda produzem desigualdades profundas em nossos cotidianos. De modo que, partimos de patamares muito díspares no que diz respeito à equidade de direitos e condições de vida, sendo que a mulher negra segue bastante isolada na base da hierarquia social.

No capítulo a seguir, passaremos em revista a história da mulher na literatura brasileira, com ênfase principalmente na história das escritoras negras.

CAPÍTULO 2

2. A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA

Neste capítulo, apresentaremos os nomes de algumas das primeiras escritoras da literatura brasileira. O mesmo será dividido em duas partes: uma apresentará três de nossas primeiras representantes literárias brancas, Nísia Floresta, Ana Eurídice e Hilda Hilst; a outra parte deste capítulo apresentará nossas primeiras representantes literárias negras, dentre as quais destacaremos Maria Firmina dos Reis; Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

Geralmente, quando falamos ou pensamos em literatura de início nos vêm à mente nomes de escritores masculinos, e, com isso, acabamos por esquecer que muitas mulheres tiveram e tem um papel essencial na arte da escrita. Assim como as mulheres tiveram que enfrentar tantos obstáculos para conseguirem um espaço tanto social quanto político, na sociedade, no meio literário também não foi diferente. Quando começaram a publicar, por medo do preconceito e de leituras estereotipadas, pois o espaço literário se restringia apenas aos homens, as mulheres o faziam por meio de pseudônimos.

As mulheres, no decorrer de nossa história, estiveram sempre à sombra dos homens, seja em aspectos sociais, culturais e/ou artísticos. Sempre colocada como “objeto” e nunca como sujeito do discurso, sua participação na literatura era apenas como personagem, desempenhando papéis que demonstravam apenas o ponto de vista masculino em relação à figura feminina.

Segundo Constância Lima Duarte (2003,p.152-153), em sua reflexão sobre *Feminismo e Literatura no Brasil*,

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever.

Assim, ao apropriar-se da arte da escrita, a mulher passa a representar/apresentar a figura feminina através do seu olhar, de acordo com suas vivências, produzindo suas próprias representações.

2.1 Algumas escritoras brasileiras

No Brasil há relatos de mulheres que publicaram desde o século XIX. Neste caso citaremos aqui os nomes de algumas destas mulheres e suas contribuições para a luta feminista.

O primeiro nome que nos cabe citar é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885). Nísia Floresta, nascida no Rio Grande do Norte e que viveu em varias partes do Brasil (Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro) e na Europa, é considerada uma das primeiras mulheres brasileiras a publicar textos no Brasil, bem como é considerada a primeira feminista em terras brasileiras. Seu primeiro livro publicado foi *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* (1832), este foi o primeiro a defender o direito das mulheres a terem instrução e de poderem trabalhar fora de casa, o mesmo também exige que seja reconhecida a inteligência feminina e que estas sejam respeitadas.

No Rio de Janeiro, Nísia fundou o “Colégio Augusto”, conhecido pelo alto nível de ensino. Ao contrário do que se esperava, na época, neste colégio não se ensinavam “prezas domésticas” às meninas, mas ensinava-se Gramática, Leitura e Escrita de Língua Portuguesa, Francesa e Italiana, as Ciências Naturais e Sociais, Matemática, Música e Dança. Este tipo de ensino para meninas e a própria Nísia receberam muitas críticas, pois para a sociedade machista e patriarcal da época a mulher não precisava ter conhecimentos de mundo, mas apenas de seus afazeres domésticos.

Outra autora que nos cabe citar é Ana Euridice Eufrosina de Barandas. Foi batizada como Ana da Fonseca Barandas, nasceu em 8 de setembro de 1806, em Porto Alegre. Ela foi a primeira mulher “poetisa-cronista-novelistas” do Brasil. Sua obra, segundo Flores, “expressa ideias avançadas para as primeiras décadas do século passado, que só podem ser entendidas dentro do contexto social em que viveu e corporificou experiências pessoais que vão dos extremos do amor à guerra”.

Por ser de uma família de posses, acredita-se que Ana Euridice teve acesso a educação, embora não se saiba se ela frequentou a escola ou se teve aulas em casa. A mesma foi grande defensora da independência feminina, do direito ao voto e da liberdade de expressão, também foi responsável pela alfabetização de seus sobrinhos.

Ana Euridice é autora de *O Ramallete*, um livro que reúne “poesias, glosa, versos, crônicas e contos, ou seja, as flores escolhidas dentre quanto produziu de literatura, seu jardim da imaginação” (FLORES, p.31).

Uma, outra, autora muito importante da literatura brasileira foi Hilda de Almeida Prado Hilst (1930-2004), mais conhecida como Hilda Hilst. Ela é considerada uma das maiores escritoras do século XX, sua obra é composta por prosa, poesia, romance e literatura erótica. Filha de Apolônio de Almeida Prado, um fazendeiro e poeta, e de Bedecilda Vaz Cardoso, dona de casa, Hilda nasceu em Jaú, no interior de São Paulo. Ainda menina, foi com a mãe para Santos. Foi aluna Colégio Santa Marcelina, em São Paulo, e depois estudou na Escola Mackenzie e, também, estudou Direito na USP, embora não tenha exercido a profissão.

Hilda foi uma mulher independente que fazia tudo que queria e por isso era incompreendida. Publicou seu primeiro livro, *Presságio* (1950), aos 20 anos e a partir de então não parou mais de escrever. Em 1965, construiu a “Casa do Sol”, em Campinas. O local serviu como fonte de inspiração e um porto seguro para sua produção literária, foi ali que ela realizou a maior parte de sua obra. A autora escreveu por quase 50 anos, tendo publicado mais de 40 obras e recebeu prêmios importantes da literatura brasileira, como por exemplo, o Prêmio Anchieta, o Prêmio Cassiano Ricardo e o Prêmio Jabuti.

Embora escrevesse muito bem, a autora não caiu nas graças do público. Escrevia, mas não era lida, até que começou a produzir literatura erótica/pornográfica, mas mesmo assim não conseguiu vender muitos livros e passou a receber muitas críticas negativas. Quando publicou *O Caderno Rosa de Lory Lamby* (1990) foi considerada pela sociedade uma mulher devassa, uma “puta”, mas ela não se importava com esse tipo de comentário. Certa vez ao ser questionada se Lory Lamby seria um ato de rebeldia, Hilst respondeu que não, mas que era “uma banana ao mercado editorial”.

As autoras citadas acima são apenas um recorte das muitas escritoras brasileiras que fazem parte da nossa literatura. Elas, assim como outras, enfrentaram muitos obstáculos para conseguirem adentrar este meio tão masculinizado.

2.2 Escritoras negras na literatura brasileira

Encontrarmos mulheres no mercado literário não é uma tarefa fácil, apesar de que muitas já tenham conseguido trilhar o caminho das letras, este ainda é um meio dominado pelos homens. Para as mulheres negras, então, trilhar este caminho requer muitas lutas. Sua presença na literatura brasileira sempre foi através de representações de escritores brancos, que faziam uso de discursos negativos que depreciavam a figura da mulher negra.

As mulheres negras quando são

representadas por esses escritores a maioria das vezes, são explorados temas como sedução, beleza, resistência física, pois as qualidades que são apresentadas sempre estão ligadas ao corpo da mulher, nunca é mencionado o que ela pensa, ou o que deseja. (MONTEIRO,2016)

Esta representação da mulher negra por parte de escritores brancos também, ainda, é baseada em seu passado de escrava, de corpo destinado à procriação e/ou objeto de prazer.

Mas, felizmente, já existem escritoras negras na nossa literatura. Sim, elas existem. Estas mulheres, escritoras, são feministas, mães, trabalhadoras e pesquisadoras que sabem empregar em palavras, como ninguém mais, aquilo que todas as mulheres negras sentem na pele e na alma. E, é através dessa inserção da mulher negra na escrita literária que se busca uma autoafirmação da identidade feminina negra. É nesta busca que surgem as vozes de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Mulheres como estas buscam através de suas escritas literárias, vencer as barreiras de gênero e de cor, que vão além de sexo frágil (MONTEIRO,2016). No que diz respeito à escrita da mulher negra, Miriam Alves diz o seguinte:

É de um lugar de alteridade que desponta a escrita da mulher negra. Uma voz que se assume. Interrogando, se interroga. Cobrando, se cobra. Indignada, se indigna. Inscrevendo-se para existir e dar significado à existência, e neste ato se opõe. A partir de sua posição de raça e classe, apropria-se de um veículo que pela história social de opressão não lhe seria próprio, e o faz por meio do seu olhar e fala desnudando os conflitos da sociedade brasileira (ALVES, 2010, apud MONTEIRO,2016).

É através de seu olhar e fala que estas mulheres produzem as artes literárias negras femininas e, assim, denunciam a opressão provocada por uma sociedade que sempre viu na figura da mulher negra um objeto, uma coisa a ser usada e depois descartada, quando “não serve mais”.

2.2.1 Maria Firmina dos Reis



Imagem 1 – Busto de Maria Firmina dos Reis (1975), de autoria de Flory Gama. Feito a partir de depoimentos de ex-alunos e filhos adotivos da autora.

Fonte: http://mariafirmina.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Img_2_Busto_Firmina.jpg

Nossa primeira representação literária feminina negra se deu a partir da publicação do romance *Úrsula*, da escritora Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Nascida em São Luís do Maranhão, é considerada a primeira romancista brasileira, foi escritora e educadora. Firmina, mulher negra, foi a primeira a passar em um concurso público para professora de primário, no Maranhão. Por ser mulher e negra ela enfrentou as barreiras do preconceito e em 1859 ela publicou o romance *Úrsula*, o primeiro romance de caráter abolicionista do Brasil.

Firmina publicou *Úrsula* fazendo uso do pseudônimo “uma maranhense”. Tendo publicado o romance numa época em que as mulheres viviam submetidas a diversas limitações e preconceitos, talvez tenha sido esta uma maneira encontrada pela escritora e educadora de se preservar e de despertar o interesse das pessoas em ler seu romance. O romance narra a condição social da população negra no território brasileiro e traz elementos das culturas da diáspora negra no país. Deste modo, além de ser o primeiro romance abolicionista no Brasil é, também, o primeiro romance afro-brasileiro e afrodescendente.

No prólogo da obra, a autora diz saber da pouca valia de seu romance, pois fora escrito por uma mulher de pouca educação e não por homens ilustrados. Desta forma, a autora revelou a sua condição social, deixando claro que não frequentou as escolas da Europa, como faziam os homens daquela época, indicando assim o lugar que ocupava na sociedade. Lugar, este, que estava mais perto da pobreza do que da riqueza. Lugar do qual Firmina ergueu sua voz e denunciou as injustiças sociais arraigadas na sociedade patriarcal brasileira que fazia do escravo e da mulher suas vítimas principais. *Úrsula*, no entanto, não é um romance como outros, ao invés de ter um final feliz, a autora traz para a obra um final trágico, como é

próprio dos romances góticos. Nele, Firmina demonstra seu ponto de vista em relação a escravidão, defendendo os negros e dando voz a estes, pois, no romance, a história dos escravos é contada por eles mesmos.

Anos depois de publicar *Úrsula*, Firmina escreveu um conto sobre a mesma temática, *A Escrava* (1887). Em 1880, ela fundou a primeira escola mista, para meninos e meninas, em Guimarães (MA), tal acontecimento provocou grande escândalo e a escola foi fechada antes de seus três anos. A escritora também compôs o *Hino da libertação dos escravos* em 1888, mesmo ano da Abolição da Escravatura, no Brasil. Mas, infelizmente, sua obra não foi devidamente reconhecida pelos críticos da época e acabou caindo no esquecimento do público, sendo resgatada décadas depois pelo historiador paraibano Horácio de Almeida, no Rio de Janeiro. Seu rosto verdadeiro permanece oculto até hoje. Mas mesmo não sendo conhecida a sua face, Maria Firmina dos Reis, mulher, negra, pobre, nordestina, a ela concedemos todas as honras e, nosso eterno agradecimento, por ter dado voz àqueles que foram obrigados a silenciar.

2.2.2. Carolina Maria de Jesus



Imagem 2 – Carolina Maria de Jesus

Fonte: https://i1.wp.com/notaterapia.com.br/wp-content/uploads/2018/03/carolina_maria_de_jesus81075.jpg?w=472

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), nascida em Minas Gerais e tendo vivido boa parte de sua vida na favela do Canindé, em São Paulo, foi uma escritora, compositora e poetisa brasileira, que ficou conhecida pela publicação de seu livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, em 1960.

Filha de pais negros analfabetos, Carolina era filha de um homem casado, portanto era uma filha “bastarda”. Ela frequentou a escola, mas interrompeu os estudos no segundo

ano, porém já havia aprendido a ler e a escrever e desenvolvido o gosto pela leitura. Em 1947, mudou-se para São Paulo e lá passou a morar na favela do Canindé. Mãe de três filhos, ela passou a trabalhar como catadora de materiais recicláveis, para sustenta-los. À medida que coletava os materiais, Carolina registrava, nos cadernos que encontrava na rua, o cotidiano da comunidade onde morava. Em seus escritos, percebemos a importância do testemunho de uma classe social marginalizada, a denúncia da desigualdade social e do preconceito racial.

Quarto de Despejo, seu livro mais conhecido, foi organizado pelo jornalista Audálio Dantas. A obra retrata uma realidade cruel e perversa que na época era pouco conhecida, a mesma pode ser considerada bastante atual, pois muitos dos fatos, nela relatados, persistem até os dias de hoje.

Carolina Maria de Jesus representa a mulher negra marginalizada, uma classe de mulheres denominadas “mães solteiras”, ela representa a luta de uma raça, de uma classe e de um gênero. Ela é a mulher que com suas mãos ergueu seu barraco, na favela do Canindé, mãos estas que, mais tarde, através da escrita ergueu sua casa de alvenaria. Carolina escreveu sobre si e aqueles que estavam ao seu redor, também, escreveu poesia e música.

Falta aqui tratarmos de Conceição Evaristo, autora contemporânea e uma das mais importantes vozes da literatura negra brasileira atualmente, mas deixaremos para tratar dela, de sua bibliografia, no próximo capítulo.

No Brasil grande parte dos problemas enfrentados pelas mulheres negras ainda permanecem ocultos. A mulher negra em si, ainda permanece invisível aos olhos da sociedade, desde a sua inserção no território brasileiro. A partir da escrita feminina negra, percebemos que estas mulheres estão, cada vez mais, traçando seu caminho na nossa literatura. Mulheres como as que citamos acima e, também, outras que fazem parte da nossa contemporaneidade, lutaram e continuam lutando para conquistar novos espaços na sociedade. Como exemplo dessas representantes literárias contemporâneas, podemos citar: Ana Maria Gonçalves, Miriam Alves, Djamila Ribeiro, Elisa Lucinda, Geni Guimarães, Elizandra Souza, Jenyffer Nascimento, Jarid Arraes, Kiussam Oliveira, Lívia Natália, e inúmeras outras mulheres negras que escrevem e inscrevem a sua história na literatura brasileira contemporânea.

CAPÍTULO 3

3. CONCEIÇÃO EVARISTO E A ARTE LITERÁRIA FEMININA NEGRA



Imagem 3 – Conceição Evaristo

Fonte: <http://jeniffergeraldine.com/citacao-conceicao-evaristo-em-olhos-dagua/>

Neste momento apresentaremos Maria da Conceição Evaristo de Brito. Falaremos um pouco de sua vida, obra e contribuição no desenvolvimento da arte literária feminina negra, no Brasil.

Escritora, romancista, poetisa e ensaísta, Conceição Evaristo nasceu em 29 de dezembro de 1946, numa favela da zona sul de Belo Horizonte, Minas Gerais. De origem humilde, com nove irmãos e sua mãe, uma lavadeira que anotava num diário as dificuldades sofridas no dia a dia, Conceição cresceu cercada pelas palavras. Aos 25 anos, 1971, concluiu o curso Normal, mas para tal, teve que conciliar os estudos com o trabalho de empregada doméstica. Após o término do curso, ela mudou-se para o Rio de Janeiro, lá prestou concurso para o magistério e estudou Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao chegar ao Rio de Janeiro, Evaristo se deparou com um

Movimento Negro cada vez mais intenso, em consonância com um momento histórico marcado pela luta da população negra norte-americana por direitos civis e pelos movimentos de descolonização dos países africanos (MACHADO, 2014, p. 243-244).

Em 1990, Conceição publicou seu primeiro poema, nos Cadernos Negros, editado pelo grupo Quilombhoje, em São Paulo. A partir de então, ela não parou mais de escrever, seguiu publicando diversos poemas e contos nos Cadernos Negros e, também, publicou uma

coletânea de poemas e dois romances. Conceição Evaristo, também, é mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (2011). Portanto, além de ser conhecida por sua obra literária, ela também produz “reflexões de cunho acadêmico sobre literatura negra brasileira e literatura africana” (MACHADO,2014, p.244). Sua obra, traduzida para outros idiomas, fez de Conceição uma escritora conhecida internacionalmente.

Em 2017, a autora foi homenageada por uma exposição, no Itaú Cultural, em São Paulo. O evento chamado de “Ocupação Conceição Evaristo” ocorreu de 04 de maio a 18 de junho. No dia 18 de junho deste ano, 2018, Conceição Evaristo entregou sua carta de autoapresentação confirmando sua candidatura à Academia Brasileira de Letras (ABL). A cadeira de número 7 da ABL está vaga desde a morte de Nelson Pereira dos Santos. Sua candidatura teve grande apoio da população e destaque na mídia, na *internet* foi criada uma petição *online* para apoiar a autora. Em sua carta de autoapresentação, Conceição escreveu: “Assinalo o meu desejo e minha disposição de diálogo e espero por essa oportunidade”. Se for aceita na Academia, a escritora será a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na ABL.

A obra de Conceição Evaristo nos proporciona reflexões muito profundas a respeito das questões sociais, como gênero e raça, que permeiam a vida da população afro-brasileira e, principalmente, a respeito da mulher. Na apresentação da coletânea de textos publicados por Constância Lima Duarte e Maria do Rosário A. Pereira, intitulada de *Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*, as organizadoras caracterizam a obra da escritora como sendo “marcada por uma poética da alteridade comprometida com a crítica social, a história dos afrodescendentes, a ancestralidade cultural, ao lado de profundas reflexões sobre a mulher” (DUARTE; PEREIRA, 2018, p.10). Assim, a escritora nos revela, em suas reflexões, as desigualdades sociais veladas, sofridas pela população afro-brasileira e dando voz a suas personagens, ela denuncia a violência constante nas comunidades da periferia das grandes cidades.

Em sua obra, Conceição faz uma articulação entre ficção e história que termina por extrair o conformismo da tradição literária (CORTÊS, 2018,p.51), produzindo, então, uma arte literária nomeada pela escritora de *escrevivência*. No texto *Diálogos sobre escrevivência e silêncio*, CORTÊS (2018, p.51-52) relata que:

Em um artigo autobiográfico publicado em 2007, Conceição resgata um dos aspectos mais importantes da *escrevivência*. Nele, o universo de histórias, fantasia e imagens se mistura à fome e à “servidão” da família de lavadeiras. Mãe, avó, tias, mulheres-símbolo, exemplos de luta e inspiração para a criação de histórias que não servem para “ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Em sua escrevivência, Evaristo retira o personagem negro do silêncio, lhe concede voz, tira-o da passividade e submissão, dizendo não aos estereótipos e as convenções sociais que delimitam “os lugares dos negros, brancos, pobres e ricos” (CORTÊS, 2018, p.53). No que diz respeito à escrita feminina negra e na sua busca para trazer, para a escrita, as suas experiências étnicas, de classe e de gênero, Evaristo nos fala que:

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre (vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (EVARISTO, 2005, apud CORTÊS, 2018, p.52)

A mulher negra que antes só aparece na literatura como personagens estereotipados, pelos escritores brancos, agora busca se auto afirmar, como ser, mulher e escritora, escrevendo a partir de sua vivência, de seu olhar. E ao publicar Ponciá Vicêncio, Conceição Evaristo “se alia ao veio da literatura afrobrasileira iniciado com a publicação de Úrsula, em 1859” (ARAÚJO, 2007,p.41).

Conceição estreou, individualmente, na literatura com a publicação do romance *Ponciá Vivêncio*, em 2003, que nos mostra através de seus personagens a herança da escravidão. A narrativa é um misto de história social e individual, contada a partir do ponto de vista da personagem principal. Nos debruçaremos mais adiante sobre esta obra que é *corpus* de análise de nossa pesquisa.

Em 2006, a escritora publicou *Becos da Memória*, romance que retrata o cotidiano dos excluídos, apresentando a cor (negra) da pobreza, mostrando as injustiças causadas pela falta de políticas públicas; *Poemas da Recordação e Outros Movimentos*, em 2008, no qual a autora nos enleva com seu talento e sensibilidade para a poesia; *Insubmissas lágrimas de mulheres*, em 2011, coletânea de contos que narram a história de 13 mulheres diferentes, mostrando seus dramas de humilhação, dor e esperança.

Em 2014, publicou *Olhos d'água*, livro que reúne textos anteriormente publicados no Cadernos Negros. Este apresenta de forma poética as mazelas sociais que muitos fingem não ver, mas que é presença constante na vida da população negra. Foi este livro que rendeu a Evaristo o Prêmio Jabuti Categoria Conto de 2015; e em 2016, *Histórias de leves enganos e parecenças*, esta obra não tem o mesmo pano de fundo das anteriores, texto inesperado, pois traz as formas narrativas do fantástico e do maravilhoso.

3.1 FEMINISMO NEGRO EM PONCIÁ VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Neste momento, faremos uma breve apresentação do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e em seguida buscaremos fazer uma análise, a partir da personagem Ponciá, a respeito da luta da mulher negra, no momento posterior a Abolição da Escravatura no Brasil.

Publicado em 2003, o romance *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo é uma obra inovadora, pois, apesar de ser um romance, não se enquadra nas características “tradicionais” do gênero, publicados anteriormente a este. Segundo Araújo (2007,p.41),o romance

Ponciá Vicêncio consolida a voz das escritoras afro-brasileiras na tradição literária do país, materializando também uma narrativa marcada por um sujeito étnico e feminino que retoma a história, através da memória e do testemunho, e se torna perene na ficção brasileira.

Ponciá Vicêncio narra a história de uma personagem, cujo nome dá título à obra, uma mulher negra descendente de africanos escravizados e que vive num momento posterior a abolição da escravatura. “A narrativa em terceira pessoa e o discurso indireto livre permite penetrar e sentir o íntimo das personagens” (STRINGHINI, 2010). A obra oscila entre o presente e o passado, contando a história de vida da protagonista, da infância à vida adulta, mostrando os caminhos percorridos pela mesma, seus sonhos e desencantos. Fugindo da regra do romance europeu, em *Ponciá Vicêncio*, a autora traz um enredo, como demonstra Araújo (2007,p.76) “marcado por perdas irreparáveis, desencontros, rupturas sociais e psicológicas e desmembramento familiar e cultural”.

Na obra há, também, uma séria discussão a respeito da identidade da protagonista, uma vez que seu sobrenome, Vicêncio, centra-se numa herança identitária de seu avô, que fora escravo. O sobrenome Vicêncio usado por Ponciá e por seus iguais provém de um antigo coronel, dono de terras e era a marca simbólica e opressora da escravidão. Esta marca coloca o povo negro na condição de subalterno, tirando-lhe até mesmo no nome a mínima condição de cidadania. Além da herança identitária do avô, Ponciá também herda a sua “loucura”, a sua revolta para com a situação social a qual o povo negro está sujeito a viver. Seu avô, quando jovem, inconformado com a escravidão e após a venda de seus filhos em plena vigência da lei do ventre livre, mata a própria esposa e tenta o suicídio se mutilando, nesta tentativa, ele corta o próprio braço, ficando cotó. A protagonista desde menina imita o braço cotó do avô e mesmo tendo ele falecido quando ela era apenas uma criança de colo, ela faz um boneco semelhante a ele, “Um dia ela fez um homem baixinho, curvado, magrinho, graveto e o

bracinho cotoco para trás” EVARISTO (2003,p.21), o que faz com que todos acreditem que ela carrega a herança do avô.

Em *Ponciá Vicêncio*, Evaristo usando de sua sensibilidade poética tece uma narrativa que busca romper com

os estereótipos negativos atribuídos ao negro, e, em especial à mulher negra, pois estes são resquícios de toda ideologia preconceituosa propalada por meio da literatura e da sociedade, de forma velada ou explícita, tanto no passado quanto na contemporaneidade (ABREU, 2012, p.1-2).

Pois, como bem sabemos, a população negra brasileira, principalmente a mulher negra, quando retratados na literatura eram sempre inferiorizados, colocados a margem da sociedade, numa situação servil, subalternizada.

No romance, a autora nos mostra a força da mulher negra que antes da abolição trabalhava obrigada e sem descanso para promover a riqueza de seu “senhor”, agora no pós-abolição se ver obrigada a trabalhar incansavelmente para ter o seu sustento e, ainda precisa lutar para sobreviver numa sociedade preconceituosa e racista. A Libertação dos escravos, como demonstra Stringhini (2010)

deveria lhes ter assegurado condições reais de liberdade e cidadania, mas o que ocorreu foi a concentração de poderes sociais e políticos nas mãos de uma elite agrária que continuava a oprimir uma população livre de poucos recursos, uma vez que ficava obrigada a querer ou apreciar uma relação com os grandes senhores de terras, continuando esse a ser o maior beneficiário.

Ainda menina, Ponciá já trabalhava o barro junto a sua mãe, para ajudar na manutenção da casa, pois seu pai e seu irmão trabalhavam nas “terras do brancos” e dificilmente vinham à casa.

A mãe fazia panelas, potes e bichinhos de barro. A menina buscava a argila nas margens do rio. Depois de seco, a mãe punha os trabalhos para assar num forno de barro também. As coisinhas saíam então duras, fortes, custosas de quebrar. Ponciá Vicêncio também sabia trabalhar muito bem o barro (EVARISTO, 2003, p.21).

Percebemos na protagonista, uma personagem inconformada e indignada com a exploração do trabalho e com as mazelas sociais impostas a sua gente que mesmo após a abolição são obrigados a trabalhar, no mesmo ritmo do período da escravidão. De acordo com as reflexões de Angela Davis (1944, p.95):

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiam ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar diversos serviços domésticos variados para uma única família branca.

A indignação apresentada no romance não é apenas da personagem Ponciá, como também da autora e daqueles que se permitem conhecer e entender o romance. A personagem

cansada de ver e sofrer tantas humilhações e necessidades, de tanto trabalho sendo feito em prol do enriquecimento dos antigos coronéis, decide repentinamente partir para a cidade. Podemos perceber esta indignação no trecho a seguir:

Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer-se a todo dia (EVARISTO, 2003, p.33).

No trecho acima, percebemos a indignação da autora, através de Ponciá, no que se refere à possibilidade de transformação na vida dos negros no período pós-abolição. Apesar de libertos, os negros ainda são obrigados a viver na invisibilidade, sem direito a uma vida digna, sofrendo com a discriminação racial, as quais perduram até os dias atuais.

Através da construção da protagonista, Evaristo promove uma desconstrução no que diz respeito à representação da mulher negra na literatura. No romance, a personagem inconformada com a situação de miséria e exploração, na qual vive ela e sua família, sonha com um futuro melhor. Sabendo ler e escrever, Ponciá munida de seus sonhos e esperanças decide partir para a cidade em busca de dias melhores, é assim que começa a saga da personagem na tentativa de traçar o seu destino.

O inspirado coração de Ponciá ditava futuros sucessos para a vida da moça. A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites. Apesar do desconforto, da fome, da broa de fubá que acabara ainda no primeiro dia, do café ralo guardado na garrafinha, dos pedaços de rapadura que apenas lambia, sem ao menos chupar, para que eles durassem até ao final do trajeto, ela trazia a esperança como bilhete de passagem. Haveria, sim, de traçar o seu destino (EVARISTO, 2003,p.36).

Na sua viagem de três dias até a cidade, a personagem segue sonhando com um futuro melhor, acreditando que o fato de saber ler e escrever seria o seu passaporte para mudar de vida, mas não foi bem assim. Ao chegar na cidade o que conseguira foi um trabalho como empregada doméstica. “Aos poucos, Ponciá foi-se adaptando ao trabalho. Ficou mesmo na casa da prima da moça que ela havia encontrado na igreja. Foi aprendendo a linguagem dos afazeres de uma casa da cidade” (EVARISTO, 2003, p.43). A personagem Ponciá Vicêncio é, como salienta Sacramento (2009,p.154), “o retrato da condição de ser mulher e negra num país que faz dela vítima de olhares e ofensas nascidas do preconceito”. A personagem, como todas as mulheres negras, sente a necessidade de lutar para ter um espaço no meio social, um lugar no qual ela não seja vítima da opressão.

Na obra também percebemos que a protagonista, desde a sua infância, começa a se questionar a respeito da sua identidade, pois se sentia vazia, o seu nome não era seu. Seu

nome, Ponciá Vicêncio, lhe causava a sensação de não pertencimento e o sobrenome, que trazia as marcas da escravidão, contribuía muito neste vazio que a protagonista sentia.

Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. Menina, tinha o hábito de ir à beira do rio e lá, se mirando nas águas gritava o próprio nome: Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa. Não ouvia o seu nome responder dentro de si. Inventava outros. Panda, Molenga, Quietí, nenhum lhe pertencia também. Ela, inominada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém (EVARISTO,2003,p.19).

Como também é possível neste outro excerto abaixo:

O tempo passava, a menina crescia e não se acostumava com o próprio nome. Continuava achando o nome vazio, distante. [...]às vezes, num exercício de autoflagelo ficava a copiar o nome e a repeti-lo, na tentativa de se achar, de se encontrar o seu eco. [...] Ponciá Vicêncio sabia que o sobrenome dela tinha vindo desde antes do avô de seu avô, o homem que ela havia copiado de sua memória para o barro e que a mãe não gostava de encarar. [...] Na assinatura dela, a reminiscência do poderio do senhor, de um tal coronel Vicêncio. O tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens (EVARISTO, 2003,p.29).

Quando ainda era criança, a personagem ficava à beira do rio, mirando seu reflexo na água e a gritar por si mesma sem receber resposta: “No tempo em que Ponciá Vicêncio ficava na beira do rio, se olhando nas águas, como se estivesse diante de um espelho, a chamar por si própria, ela não guardava ainda muitas tristezas no peito” (EVARISTO, 2003,p.21).

Nesta busca por sua identidade, a protagonista passa por um processo de diáspora, um deslocamento físico e psicológico, na tentativa de se encontrar (OLIVEIRA, 2014). Segundo as reflexões de Arruda (2007,p.17) *apud* Oliveira (2014) “[...] a procura da protagonista é a metáfora da diáspora, afinal, a formação de Ponciá passa pela história do navio negreiro, representação tão comum na literatura canônica e marcadamente frequente na literatura afro-brasileira”. A personagem não vivenciou o transporte num navio negreiro, mas seus antepassados sim, porém a longa viagem que ela faz de três dias, num trem, é uma representação metafórica do navio negreiro. Depois de muito procurar por si mesma, a personagem percebe que precisa empreender sua busca dentro de si mesma, para “se reconhecer enquanto indivíduo”, se “encontrar com aquilo que a identifica” (OLIVEIRA, 2014).

Com sua partida, sozinha, para a cidade algo que não se esperava de uma mulher, Ponciá começa a traçar o seu destino, mesmo ouvindo historias de que alguns que partiram para a cidade, em busca de melhores condições de vida, não se deram bem e perderam-se no mundo. Na sua condição de descendente de escravos, sem outra qualificação profissional, além do trabalho com o barro e com pouco estudo, o que consegue é um emprego de domestica. Acostumada a viver com pouco a personagem, economizando o pouco que ganha,

planeja comprar uma casa e buscar a mãe e o irmão que ficaram na Vila Vicêncio, pois na época seu pai já havia falecido.

Distante da vila onde nascera e de seus parentes, a saudade toma conta da protagonista, mas algo a impede de retornar ao convívio dos seus: “estava enamorada” por “um homem que trabalhava em uma construção civil ao lado do emprego dela. Ele também estava enamorado...” (EVARISTO,2003,p.65). O casal passa, então, a morar juntos na pequena casa que Ponciá havia comprado no morro. O local onde vivem, na periferia da cidade, é uma consequência da exclusão sofrida pelo povo negro, da discriminação, da falta de oportunidades e da negação do direito à uma vida digna, de ter um teto decente. A união dos dois representa um momento feliz na vida da personagem, mas a felicidade não é duradoura. No início, o “homem de Ponciá” até a admirava, percebia nela “uma pessoa muito ativa”, que gostava de fazer seu trabalho doméstico. “Era bonita. [...] Gostava de cantar. Tinha uma voz de ninar criança e de deixar homem feliz” (EVARISTO, 2003,p.65). Porém, a felicidade do casal dura até que o vazio, da busca por si mesma, volte a inundar o interior da personagem, tornando-se cada vez maior, deixando-a alheia ao mundo a sua volta, fazendo-a esquecer, até mesmo, dos afazeres domésticos. “O homem gostava de dizer que ela era pancada da ideia” (EVARISTO, 2003,p.33), mas preso à sua ignorância, ele não percebia a angústia de Ponciá e passou a agredi-la: “Ao ver a mulher tão alheia, teve desejos de trazê-la ao mundo à força. Deu-lhe um violento soco nas costas, gritando-lhe pelo nome” (EVARISTO,2003, p.20). Eis aqui um exemplo da violência que muitas mulheres, não apenas negras, sofreram e ainda sofrem perpassa todas as camadas sociais. A incompreensão do homem, frente às angústias feminina, que não sabendo lidar com o problema busca resolvê-lo com agressões.

Um dia ele chegou cansado, a garganta ardendo por um gole de pinga e sem um centavo para realizar tão pouco desejo. Quando viu Ponciá parada, alheia, morta-viva, longe de tudo, precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-a, puxava-lhe os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa. Quando o homem viu o sangue a escorrer-lhe pela boca e pelas narinas, pensou em matá-la, mas caiu em si assustado (EVARISTO, 2003,p.98).

Através da agressividade do “homem de Ponciá”, Evaristo “vai denunciando a gênese da violência que grassa na periferia: falta de recursos e a ignorância” (LIMA,2011,p.289). A imagem da mulher imóvel, sem esboçar reação alguma frente à agressão sofrida, o marido da personagem se arrepende de ter-lhe batido. E na sua ignorância, chega a conclusão de que ela devia “estar doente, devia estar com algum encosto”.

A vida de Ponciá Vicêncio é repleta de perdas e despedidas. Primeiro perde seu avô, quando ela ainda era uma criança de colo; depois vem a morte de seu pai, quando este trabalhava na terra dos brancos; quando mudar-se para a cidade, só teve a oportunidade de se

despedir da mãe, pois seu irmão, assim como seu pai, também trabalhava na terra dos brancos; depois que casara, engravidou sete vezes e todos os seus sete filhos morreram. Ela mesma perdera a vontade de viver, mas não tinha coragem de morrer.

Ao refletir sobre a vida miserável que ela e sua família sempre tiveram:

Crescera na pobreza. Os pais, os avós, os bisavós sempre trabalhando nas terras dos senhores. A cana, o café, toda a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida. Alguns saíam da roça, fugiam para a cidade, com a vida a se fartar de miséria, e com o coração a sobrar esperança. Ela mesma havia chegado à cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu. Um barraco no morro. Um ir e vir para a casa das patroas. Umas sobras de roupa e alimento para compensar um salário que não bastava. Um homem sisudo, cansado, mais do que ela talvez, e desesperançado de outra forma de vida (EVARISTO, 2003, p.82).

Percebemos que depois de tanto ter sonhado e idealizado uma vida melhor, digna de qualquer ser humano, a personagem ver seus sonhos sendo destruídos pouco a pouco, à medida em os desafios vão surgindo. O legado da escravidão que ela e os seus carregam na cor da pele, os relega a uma inferioridade social, deixando-os a margem da sociedade, nas periferias das cidades, sem um teto decente e um salário que não dar sequer para a alimentação. Após tanto refletir sobre esta situação de extrema pobreza, Ponciá Vicêncio chega à conclusão de que foi “Bom mesmo que os filhos tivessem nascidos mortos, pois assim se livraram de viver uma mesma vida” (p.83). Assim, para ela todo o sofrimento vivido por seu povo, o “fim” da escravidão, de nada serviu. O povo negro foi obrigado a permanecer numa vida escrava, mesmo depois de livre. Ela, então, chega à conclusão de que:

A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava, também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida (EVARISTO, 2003,p.83).

Levando em consideração as reflexões da protagonista, percebemos que, de alguma forma, na população brasileira todos sempre estiveram e estão envolvidos, de acordo com Cuti (2010,p.87) “nos processos de discriminação antinegra, seja por ser vítima ou algoz, ou ainda por ser omissos”. Assim a herança da escravidão para o povo negro brasileiro foi transforma-lo, aos olhos dos brancos, em uma figura negativa, vítima de todas as formas de violência (física, moral, racial, social e cultural). O passado de escravidão é, portanto, o fator principal que faz com que a sociedade insista em colocar a população negro-brasileira numa condição de subserviência. Assim como Cuti (2010,p.93), concluímos que “ os reflexos do passado estarão sempre ativos no presente, dialogando com o tempo que flui”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de escritoras negras na literatura brasileira representa uma ferramenta a mais na luta do movimento feminista negro, na busca pela igualdade de direitos e de gênero. Através de seus escritos, mulheres como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, problematizaram e denunciaram as desigualdades sociais e raciais vividas pelo negro.

No conjunto da obra de Evaristo, percebemos e refletimos a respeito da invisibilidade social que sempre foi imposta a negros e negras, no meio social brasileiro. A autora ultrapassa o universo da escrita, escrevendo através da narrativa de mulheres a história de outras mulheres, legitimando-as e destacando a necessidade de serem ouvidas. A obra de Evaristo será sempre um legado que não deixará que “as vozes diaspóricas negras caiam no esquecimento” (ALEXANDRE,2018,p.46). Em seus escritos os personagens negros são figuras centrais que nos fazem pensar e repensar o lugar que estes ocupam em nossa sociedade, defendendo uma escrita de mulheres negras e que falam de mulheres negras.

A partir da leitura e da breve análise, feita do romance de caráter histórico *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, podemos perceber a grande importância do testemunho, para entendermos as lutas e sofrimentos infringidos a um povo que fora condenado a viver na invisibilidade.

Em sua escrevivência, Evaristo concede voz a este povo, tirando-lhe do silêncio profundo, trazendo para o espaço da escrita a diversidade e a identidade (ou a busca desta), juntamente com seus conflitos. Podemos dizer que o romance da autora tem um “caráter de denúncia” social e “a sua ferramenta é a experiência, pois nela há a possibilidade de leitura do que foi negligenciado” (CORTÊS, 2018, p.53). Para Evaristo a literatura negra está diretamente ligada à memória. Narrando a história de vida da personagem-título, é a partir das lembranças e vivências da mesma, da infância a vida adulta, que a autora da visibilidade a situação da mulher negra e pobre, que mesmo lutando de todas as formas possíveis permanece à margem da sociedade.

De acordo com Cuti (2010, p.93): “A literatura nos traz a história emocionada, não apenas a informação fria do historiador, mas a possibilidade de experimentarmos sensações e emoções de que as personagens ou os “eus” líricos são dotados na obra”. Neste caso, podemos dizer que, como destaca Toledo (2014,p.273), a escrita da mulher negra, falando aqui de Conceição Evaristo, “constitui uma forma de recontar a história a partir de uma subjetividade própria, criando novos paradigmas de identidade e representação”. A escrita da vivência

negra, então, coloca em discussão os paradigmas que, na literatura “canônica”, representavam a mulher negra, sob um ponto de vista masculino, como um objeto de uso sexual, submissa/dócil e relegada à marginalidade social.

Portanto,

Utilizando-se da escrita como ponto de partida para uma nova ordem do discurso sobre os afrodescendentes no Brasil, Conceição Evaristo, reconta através da perspectiva daqueles que sempre se resignaram em permanecer nas entrelinhas literárias, retoma a diáspora em seu romance *Ponciá Vicêncio*, cuja procura da protagonista é mais ampla e se configura não apenas como uma aventura, mas como uma busca individual e coletiva, iniciando-se pelo nome e sobrenome da protagonista, com os quais ela não se identifica (TOLEDO, 2014,p.274).

A busca da personagem, por si mesma, só acaba quando ela, finalmente, reencontra sua família. Ela enquanto “elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio” (EVARISTO, 2003,p.128). A história de Ponciá Vicêncio é a história de tantas outras mulheres negras que possuem uma herança em comum: o legado da escravidão.

Por fim, podemos concluir que o romance, *Ponciá Vicêncio*, está inserido dentro de um contexto social, cultural e histórico e que mesmo já se tendo passado tanto tempo desde o fim do período escravocrata, a autora busca através deste uma história para o povo negro que desconstrua o legado da escravidão que fez do negro o outro, o invisível, o inferior, o marginalizado.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Elinalva Roseno S. S. **A representação do feminismo negro em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: A arte oleira e os fios da memória.** Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/download/14171/8819>. Acesso em: 04/03/2018.
- ALEXANDRE, Marcos Antônio. **Vozes diaspóricas e suas reverberações na literatura afro-brasileira.** In: DUARTE, Constância Lima; CORTÊS, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A (Orgs.). *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo.* 2.ed. Belo Horizonte. Idea, 2018.
- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres.** Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: 08/05/2018.
- ARAÚJO, Flávia Santos de. **Uma escrita em dupla face: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo.** João Pessoa, 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_Flavia.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2018.
- CORTÊS, Cristiane. **Diálogos sobre escrevivência e silêncio.** In: DUARTE, Constância Lima; CORTÊS, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A (Orgs.). *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo.* 2.ed. Belo Horizonte. Idea, 2018.
- CUNHA, Ana Valéria Lima. **Mulher negra, raça e gênero: o feminismo negro como caminho para a efetivação do direito à igualdade.** Disponível em : <http://hdl.handle.net/123456789/2137>. Acesso em: 15/05/2018.
- CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2016.

- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Disponível em: *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 27/06/2018.
- DUARTE, Constância Lima Duarte. **Feminismo e literatura no Brasil** .*Estudos Avançados*, 17(49), 151-172. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>> . Acesso em: 10/05/2018.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.
- FLORES, Hilda Agnes Hnner. **Ana Euridice Eufrosina de Barandas.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/viewFile/17099/15645>>. Acesso em: 09/06/18.
- GOUGES, Olympe. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã.** Disponível em: <<http://www3.uma.pt/blogs/christineescallier/wp-content/uploads/2010/12/prefacio-declaracao-de-olymp-de-gouges.pdf>>. Acesso em: 12/05/2018.
- HOOHS, Bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo.** 1ª ed. 1981.Traduzido para a Plataforma Gueto, 2014. PDF.
- LIMA, Omar da Silva. **As personagens femininas negras em Ponciá Vicêncio: interdição ao espaço público.** Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/viewFile/8265/6262>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.
- MACHADO, Bárbara Araújo. **“Escre(vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo.** Revista História Oral, v.1, p.243-265, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=343&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.
- MONTEIRO, Liliane Nogueira. **A representação da mulher negra na literatura brasileira.** Revistas. UFAC. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/simposiufac/article/download/1010/592>>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** Ver. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p.15-26. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18/n36/03.pdf>>. Acesso em: 08/05/2018.
- SILVA, Maria da Penha. **Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista.** Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/13509>>. Acesso em: 15/05/2018.

STRINGHINI, Viviane C. M. **Heranças da escravidão na narrativa Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo**. Revista Literatura e Autoritarismo. Dossiê n.4, 2010, novembro, 2010. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie04/art_06.php>. Acesso em: 01/08/2018.

TOKITA, Márcia Figueiredo. **Mulheres negras**. Anais do V simpósio internacional lutas sociais na américa latina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v9_marcia_GVII.pdf>. Acesso em: 10/06/2018.

TOLEDO, Rilza Rodrigues. Oralidade, Memória e identidade em Ponciá Vicêncio e a mineiridade de Conceição Evaristo. In: DUARTE, Constância Lima et al. Arquivos femininos: Literatura, valores, sentidos. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa, no VI Congresso Nacional de História da Mídia (UFF, Niterói/RJ), 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf>>. Acesso em: 27/06/2018.

<http://jeniffergeraldine.com/citacao-conceicao-evaristo-em-olhos-dagua/>

https://i1.wp.com/notaterapia.com.br/wp-content/uploads/2018/03/carolina_maria_de_jesus81075.jpg?w=472

http://mariafirmina.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Img_2_Busto_Firmina.jpg